



Brasil

Simpala Lançadora e Administradora de
Consórcios Ltda.

CNPJ:87.945.218/0001-05

Demonstrações Financeiras Individuais acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025



Conteúdo

Relatório da Administração	4
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	5
Balancos Patrimoniais	8
Demonstrações do Resultado	10
Demonstrações do Resultado Abrangente	11
Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido	12
Demonstrações do Fluxo de Caixa – método indireto	13
Notas explicativas da Administração �s Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas	17

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Elaboramos esta carta de apresentação das demonstrações financeiras da Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios Ltda CNPJ 87.945.218/0001-05 de 31 de dezembro de 2025 e informamos o que segue:

Relação de Demonstrações Financeiras:

- a- Balanço Patrimonial;
- b- Demonstração do Resultado;
- c- Demonstração do Resultado Abrangente
- d- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- e- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- f- Demonstração das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consorcio;
- g- Demonstração de Recursos de Consórcios;
- h- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

As referidas Demonstrações Financeiras foram publicas no seguinte local:

Site da Instituição: <http://www.simpalaconsorcios.com.br>, em 23/04/2026 e

No site da ABAC – Associação das Administradoras de Consórcios.

Declaramos que o conteúdo dos documentos relacionados é a representação fiel da situação patrimonial desta instituição na data base mencionada e que somos totalmente responsáveis quanto ao conteúdo dos documentos contidos no arquivo enviado.

Glauco Klug Vieira
Sócio Diretor
CPF 148.113.638-09

Flavio Augusto Degrazia Vianna
Sócio Diretor
CPF 932.199.970-15

Marco Aurelio Amaral da Rosa
Contador CRC/RS 71.990
CPF 656.155.810-34

Relatório da Administração

Senhores Quotistas,

De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios Ltda., correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Compreendem também, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios referente ao semestre findo nessa data. As notas explicativas e o relatório dos auditores independentes são partes integrantes dessas demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Administradora tem a missão de administrar e operar grupos de consórcio da marca Simpala que consolidam nosso trabalho há mais de 50 anos. Atualmente possui 46 grupos em andamento, com 8.324 cotas ativas. No período a administradora registrou o resultado líquido de R\$ 2.248 mil. O patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2025 representa R\$ 2.936 mil.

A taxa de administração futura a receber sobre consorciados contemplados e não contemplados representa R\$ 192.331 mil.

As demonstrações financeiras da Administradora e dos Grupos foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações.

Agradecemos nossos clientes consorciados e aos fornecedores pela confiança e credibilidade demonstrados; ao nosso controlador Glauco Klug Vieira, e aos nossos colaboradores e parceiros representantes, pela contínua dedicação, profissionalismo e compromisso com que conduziram suas atividades à estratégia de negócios da Administradora.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Porto Alegre, 23 de abril de 2026.

Os Administradores,

Glauco Klug Vieira
Sócio Diretor
CPF 148.113.638-09

Flavio Augusto Degrazia Vianna
Sócio Diretor
CPF 932.199.970-15

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotistas da
Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios Ltda.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios Ltda. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes,, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios Ltda, o desempenho de suas operações e fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Ênfases

Informações comparativas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes ao exercício do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Índice de Basileia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 24, de eventos subsequentes às demonstrações financeiras que trata de evento relacionado ao Índice de Basileia, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.955, de 21 de outubro de 2021. Destacamos que a entidade controladora da Sociedade, em nível consolidado, apresenta desenquadramento em relação ao limite mínimo regulamentar, o que pode acarretar impactos na Sociedade, especialmente no que se refere à sua adequação de capital e ao cumprimento dos requerimentos prudenciais. Nesse contexto, o plano de ação para reenquadramento, em curso a implementação das medidas necessárias para a recomposição do referido índice estão em processo de aprovação junto ao Banco Central do Brasil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas Financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de abril de 2026.

CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-048.811/O-0



Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios Ltda.

Balanço Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

		<u>31/12/2025</u>
ATIVO CIRCULANTE	Notas	124.257
Disponibilidades	5	3.815
Títulos e Valores Mobiliários	6	72.684
Outros Créditos		23.690
Rendas a Receber	7	221
Diversos	8	23.469
Outros valores e bens		24.068
Despesas Antecipadas	9	24.068
ATIVO NÃO CIRCULANTE		118.398
Outros Créditos		131
Diversos	8	131
Outros valores e bens		118.267
Despesas Antecipadas	9	118.267
PERMANENTE		1.566
Investimentos		2
Outros Investimentos		2
Imobilizado	12	1.564
Imobilizado em curso		2.513
Depreciações Acumuladas		(949)
Total do Ativo		244.221

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios Ltda.

Balanço Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

		<u>31/12/2025</u>
PASSIVO CIRCULANTE	Notas	181.101
Outras Obrigações		<u>181.101</u>
Empréstimos no País - Outras Instituições	15	13.361
Fiscais e Previdenciárias	11	1.703
Diversas	10	166.037
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		60.184
Outras Obrigações		<u>60.184</u>
Empréstimos no País - Outras Instituições	15	7.983
Fiscais e Previdenciárias	11	51.949
Diversas	10	252
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	2.936
Capital		<u>52.640</u>
De Domiciliados no País		52.640
Reservas de Lucros		42.841
Lucros/Prejuízos Acumulados		(92.545)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>244.221</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstração do Resultado

Exercício e Semestre findos em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2º Sem. de 2025</u>	<u>Exercício 2025</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		5.407	6.644
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		5.407	6.644
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(8.090)	(4.396)
Receitas de Prestação de Serviços	18	33.793	74.068
Despesas de Pessoal	19	(7.050)	(14.959)
Outras Despesas Administrativas	20	(14.554)	(28.771)
Despesas Tributárias	21	(3.922)	(8.523)
Outras Despesas Operacionais	22	(16.357)	(26.211)
RESULTADO OPERACIONAL		(2.683)	2.248
RESULTADO ANTRES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(2.683)	2.248
RESULTADO LÍQUIDO		(2.683)	2.248
Resultado Líquido por Cota		(0,05)	0,04

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios Ltda.
Demonstração do Resultado Abrangente
Exercício e Semestre findos em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	2º Sem. de 2025	Exercício 2025
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(2.683)	2.248
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(2.683)	2.248

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercício e Semestre findos em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	2.640	48.011	-	50.651
Integralização de Capital	50.000	-	-	50.000
Resultado Líquido do Período	-	-	2.248	2.248
Distribuição de Lucros	-	(5.170)	-	(5.170)
Reservas de Lucros a Realizar	-	-	-	-
Ajuste de exercício anterior	-	-	(94.793)	(94.793)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	52.640	42.841	(92.545)	2.936
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025	52.640	42.841	(89.862)	5.619
Resultado Líquido do Período	-	-	(2.683)	(2.683)
Distribuição de Lucros	-	-	-	-
Reservas de Lucros a Realizar	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	52.640	42.841	(92.545)	2.936

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios Ltda.
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método indireto)
Exercício e Semestre findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	2º Sem. de 2025	Exercício 2025
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Resultado Líquido Ajustado	(2.530)	(92.282)
Resultado Líquido	(2.683)	2.248
Depreciações e Amortizações	153	252
Ajuste Semestre / Exercício	-	(94.793)
Resultado na alienação e baixa do imobilizado	-	11
Variação de Ativos e Passivos	11.461	104.703
(Aumento) Redução de Rendas a receber	205	(28)
(Aumento) Redução de Diversos	(2.876)	(2.753)
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas	(27.276)	(51.323)
Aumento (Redução) de Fiscais e Previdenciárias	612	4.924
Aumento (Redução) de diversas	40.796	153.883
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	8.931	12.421
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários	(18.582)	(72.592)
Aquisições de Imobilizado	(488)	(967)
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) nas Atividades de Investimento	(19.070)	(73.559)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Instituições Financeiras - Captação	10.271	19.238
Distribuição de Lucros	-	(5.170)
Integralização de Capital Social	-	50.000
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	10.271	64.068
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) nas Atividades	132	2.930
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	3.683	885
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	3.815	3.815
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	132	2.930

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios Ltda.
Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2025
CIRCULANTE		150.895
Disponibilidades		899
Depósitos Bancários	4-II-a	899
Aplicações Financeiras		53.418
Títulos e Valores Mobiliários	4-II-b	53.418
Outros Créditos		96.578
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	26	96.561
Cheques e Outros Valores a Receber		17
COMPENSAÇÃO		1.922.246
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	4-II-e	6.372
Contribuições Devidas ao Grupo	4-II-e	998.181
Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar	4-II-e	917.693
Total do Ativo		2.073.141

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios Ltda.
 Demonstração Consolidada dos Recursos de Consórcios
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO	Nota	31/12/2025
CIRCULANTE		150.895
Outras Obrigações		150.895
Obrigações com consorciados	4-II-f	42.787
Valores a Repassar	4-II-g	5.960
Obrigações por Contemplações a Entregar	4-II-h	44.412
Obrigações com a Administradora	4-II-i	698
Recursos a Devolver a Consorciados	4-II-j	49.323
Recursos do Grupo	4-II-k	7.715
COMPENSAÇÃO		1.922.246
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	4-II-e	6.372
Obrigações do Grupo por Contribuições	4-II-e	998.181
Bens ou Serviços a Contemplar	4-II-e	917.693
Total do Passivo		2.073.141

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios Ltda.

Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2025</u>
Disponibilidades no Início do Período	44.927
Depósitos Bancários	228
Cheques em Cobrança	34
Aplicações Financeiras do Grupo	8.030
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	36.635
(+) Recursos Coletados	150.786
Contribuições para Aquisição de Bens	71.026
Taxa de Administração	64.872
Contribuições ao Fundo de Reserva	3.613
Rendimentos de Aplicações Financeiras	4.900
Multas e Juros Moratórios	532
Prêmios de Seguros	4.063
Reembolso de Despesas de Registro	386
Outros	1.394
(-) Recursos Utilizados	(141.378)
Aquisição de Bens	(65.150)
Taxa de Administração	(64.804)
Multas e Juros Moratórios	(266)
Prêmios de Seguros	(4.109)
Devolução a Consorciados Desligados	(2.077)
Despesas de Registro de Contrato	(386)
Outros	(4.586)
Disponibilidades no Fim do Período	54.335
Depósitos Bancários	899
Cheques em Cobrança	18
Aplicações Financeiras do Grupo	9.006
Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações	44.412

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios Ltda.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios Ltda. ("Sociedade") tem por objeto a organização e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de veículos de fabricação nacional ou estrangeira, imóveis e quaisquer outros bens, nos termos da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro 1971 e Resolução BCB 234 de 27/07/2022, e atos normativos correlatos expedidos pelos Órgãos Governamentais competentes, podendo participar de outras sociedades.

Forma jurídica: Sociedade Ltda.

Sede: Av. Carlos Gomes, 222, conjunto 401, Boa Vista, Porto Alegre – RS, CEP 90480-000.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras da Administradora e dos grupos de consórcios

As demonstrações financeiras foram preparadas em observância às normas e instruções do BACEN - Banco Central do Brasil, específicas para as administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o COSIF - Plano Contábil das Instituições Financeiras, bem como com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Lei nº 6.404/1976, com suas alterações.

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/2007 e, em 27 de maio de 2009, a Lei nº 11.941/2009, introduzindo alterações na Lei das Sociedades por Ações (6.404/1976), quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir do exercício social findo em 2008.

Normatizadas pelo órgão regulador Banco Central do Brasil, através das Resoluções BCB nº 2/2020, nº 92/2021 e nº 146/2021, procedimentos para elaboração e divulgação a ser aplicados prospectivamente para o conjunto das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras findas no exercício e semestre de 31 de dezembro de 2025 contemplam essas adoções e não ocasionaram impactos e/ou efeitos relevantes.

A escrituração contábil dos grupos de consórcios obedece às regras da Resolução BCB nº 156/2021 e Instrução Normativa BCB nº 282/2022, do Banco Central do Brasil.

Na elaboração das demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios, a coluna valor no período representa os valores coletados e utilizados movimentados no período, e a coluna valor acumulado, representa os valores coletados e utilizados desde o início dos grupos de consórcios em andamento.

A Administração considera que a Sociedade possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

As demonstrações financeiras da Administradora e dos Grupos foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações. Vale ressaltar que as suas operações começaram a ser afetadas pelos impactos econômicos e sociais advindos da pandemia desde 2020, entretanto, a administradora tomou ações para mitigar tais impactos, de modo que os resultados do período não foram afetados de forma relevante. A Administradora está continuamente trabalhando em planos de adaptação à situação.

A partir de janeiro de 2022, com a vigência da Resolução BCB nº 120/21, proveniente da Resolução CMN nº 4.924/21, as Administradoras de Consórcio passaram a observar os seguintes Pronunciamentos Técnicos CPC:

- i) Pronunciamento Técnico CPC 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- ii) Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- iii) Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre partes Relacionadas;

Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios Ltda.

Notas Explicativas da Administração as Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

- iv) Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- v) Pronunciamento Técnico CPC 24 – Evento Subsequente;
- vi) Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- vii) Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado;
- viii) Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados;
- ix) Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por ação;
- x) Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo; e
- xi) Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (parcial).

Resolução BCB nº 352/2023

Em 01 de Janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução BCB nº 352/2023, estabelecendo critérios contábeis específicos para instrumentos financeiros, incluindo o reconhecimento, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge.

A Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios Ltda realizou estudo técnico no qual foram avaliadas, de forma integral, a Resolução nº 352 e as políticas e procedimentos atualmente em vigor. A análise não identificou divergências entre as práticas atuais e as diretrizes estabelecidas pela nova norma em comparação com as anteriormente adotadas.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 23 de abril de 2026. A moeda funcional adotada para a elaboração das demonstrações financeira é o real (R\$).

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos e gestão de riscos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis

Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3.2. Gestão de Riscos

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Essa gestão é realizada pela administração da Sociedade que identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros para que sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados. Esses riscos estão relacionados ao não cumprimento pela contraparte em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, entre elas a concentração em clientes e o nível de inadimplência.

4. Resumo dos principais procedimentos e práticas contábeis

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações financeiras da administradora e consolidadas dos grupos de consórcio, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções específicas do Banco Central do Brasil, destacamos os seguintes:

i) Principais diretrizes contábeis da Administradora

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, exceto quanto à taxa de administração dos grupos de consórcios e os custos de comissão que até 2021 eram reconhecidos pelo regime de caixa.

A partir de 1º de janeiro de 2022, com a publicação da Resolução BCB nº 120/2021, que determinou a observância ao disposto no CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, os registros contábeis foram ajustados no objetivo do seu atendimento.

b) Disponibilidades

Representados por disponibilidades em moeda nacional e depósitos bancários disponíveis, e ainda por investimentos com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de aquisição, e que apresentem alta liquidez e insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo.

c) Ativo circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores de realização e/ou aplicação, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

d) Instrumentos Financeiros

i. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimentos atualizadas com base no valor da cota divulgado pelo administrador. As aplicações em CDB são contratadas com a Simpala CFI atualizadas com base nas taxas acordadas.

ii. Ativos Financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros da Simpala CFI são efetuadas de acordo com a Resolução BCB nº 352/23 e são classificados os ativos financeiros com base no modelo de negócios da instituição para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos nas seguintes categorias:

I - Categoria: Custo Amortizado

Os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- a) O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e
- b) Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

II - Categoria: Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- a) O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro, com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- b) Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

e) Ativo Permanente

No imobilizado estão registrados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, pelo custo de aquisição deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil dos bens, como segue: Instalações, Móveis e Equipamentos – 10% e Sistema de Processamento de Dados - 20%.

A Administração da Instituição entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, estão registrados os valores relativos a Softwares, demonstrado ao custo, que é amortizado pelo método linear com base em taxas anuais que contemplam a vida útil - 20%.

f) Passivos Financeiros

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

Os passivos financeiros devem ser classificados na categoria custo amortizado, exceto:

- i. Passivos financeiros gerados em operações que envolvam empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados valor justo no resultado
- ii. Passivos financeiros gerados pela transferência de ativo financeiro.

Na Simpala Lançadora, todos os passivos financeiros são classificados a custo amortizado.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

Em 31 de dezembro de 2025, com base no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração da sociedade avaliou, através de fontes internas ou externas, a existência de alguma indicação de que os ativos possam ter sofrido desvalorizações e julgou, dessa forma, não ser necessária a realização do teste de recuperabilidade.

h) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

i) Passivo circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações e correções monetárias incorridas.

Estão calculados levando-se em consideração a legislação fiscal em vigor, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do CPC.

j) Impostos sobre o lucro

A Sociedade é tributada pelo lucro real. A provisão para o imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre os lucros tributáveis, acrescidos de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para a contribuição social foi calculada à alíquota de 9% do lucro tributável antes do imposto de renda, ajustado conforme legislação específica.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e passivos fiscais diferidos do imposto de renda e da contribuição social são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases.

k) Partes Relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 4.818/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

l) Resultado Por Quota

Calculado com base no número de quotas, conforme Contrato Social.

m) Resultado recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

n) Valores não procurados

Com a vigência a partir de janeiro de 2022 da Resolução BCB nº 156/21 e Instruções Normativas BCB nº 270/22 e 275/22, os valores dos grupos encerrados e que ainda não foram procurados e os correspondentes recursos aplicados deverão ser escriturados em contas de compensação, com exceção dos valores de recursos não procurados constituídos antes da Lei nº 11.795/08, que deverão constar nas contas patrimoniais. As atualizações monetárias do passivo e as rentabilidades de títulos e valores mobiliários para garantia do passivo serão reconhecidos proporcionalmente.

o) Receitas e despesas decorrentes de contratos com clientes

A Administradora reconhece sua receita de taxa de administração como prestação de serviços por ocasião de sua competência em correlação ao recebimento das parcelas dos grupos de consórcio, com exceção das antecipações, essas são reconhecidas por ocasião de seu recebimento e, para as demais receitas, o regime de competência é utilizado.

A Resolução BCB nº 120/21 introduziu a partir de 01 de janeiro de 2022 no âmbito das administradoras de consórcio a aplicabilidade do CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente. Após estudos técnicos, análises e devida aprovação pela Administração, a Administradora manteve o reconhecimento de sua receita com taxa de administração no momento do recebimento das parcelas dos grupos de consórcio, sendo que a diferença de prática no reconhecimento não traz impactos materiais na receita e/ou prejudica a interpretação de seu resultado. Em face das despesas de comissão, estas são consideradas custo incremental para a obtenção do contrato e não incorreriam se este não existisse, sendo sua amortização realizada no decorrer do contrato, conforme o serviço é prestado ao cliente e no prazo inicialmente acordado.

ii) Principais diretrizes contábeis dos grupos de consórcios

a) Caixa e equivalentes a caixa

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, sendo que o saldo dos rendimentos remanescentes dessas aplicações, após a apropriação dos rendimentos vinculados às obrigações por contemplações a entregar, são incorporados ao fundo comum de cada grupo, por intermédio de rateio proporcional à participação de cada um no total das receitas.

c) Cheques e outros cheques a receber

Referem-se aos valores dos cheques e outros valores recebidos e não depositados.

d) Contas de compensação ativa/passiva

As contas de compensações representam informações adicionais sobre: previsão mensal de recursos a receber de consorciados, contribuições devidas ao grupo e valor dos bens e serviços a contemplar, sendo calculados com base no valor do bem vigente no mês e não afetam a posição patrimonial estática dos grupos na data das demonstrações financeiras.

e) Obrigações com consorciados

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens, acrescidos de atualização monetária e recursos de grupos em formação.

f) Valores a repassar

Referem-se aos valores recebidos e ainda não repassados a terceiros a título de prêmios de seguros.

g) Obrigações por contemplações a entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados pelas contemplações nas assembleias, acrescidos dos rendimentos financeiros desde a data de contemplação.

h) Obrigações com a Administradora

Referem-se às obrigações do grupo de consórcio com a administradora.

i) Recursos a devolver aos consorciados

Representam as obrigações junto aos consorciados desistentes e excluídos, deduzidos da multa rescisória contratual e valores a serem ressarcidos pelos excessos de amortização e valores rateados no encerramento do grupo.

j) Recursos dos grupos

Representam os recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem ou serviço.

iii) Resumo das operações de consórcios**a) Posição das operações de consórcios**

Informamos a seguir, dados complementares relativos às operações de consórcios:

31/12/2025

Número de Grupos Administrados	46
Quantidade de Bens Pendentes de Entrega	816
Quantidade de Bens Entregues no Período	638
Quantidade Total de Bens Entregues dos Grupos em Andamento	3.660

Número cotas ativas contempladas – em dia	3.538
Número cotas ativas contempladas – inadimplentes	938
Número cotas ativas não contempladas – em dia	8.324
Número cotas ativas não contempladas – inadimplentes	4.829
Número de Consorciados Ativos – Total	17.629

Consortados Quitados	860
Consortados Não Quitados	16.769
Número de Consortados Desistentes/Excluídos - Período	13.978
Número de Consortados Desistentes/Excluídos – Total	102.761
Taxa de Inadimplência	36,26%

b) Taxa de Administração

A taxa de administração arrecadada nos grupos de consórcios está de acordo com os seguintes percentuais médios:

Automóveis	24,49%
Imóveis	27,02%

c) Taxa de Administração Futura

Valor da taxa de administração futura a receber sobre consorciados em:

31/12/2025

Consortados Contemplados/Não Contemplados	192.331
---	---------

5. Disponibilidades

O saldo das disponibilidades é composto nesta data-base pelo seguinte montante:

	31/12/2025
Disponibilidades	3.815
Depósitos Bancários	3.815

6. Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2025
Ativo Circulante	
Títulos e Valores Mobiliários	72.684
Títulos de Renda Fixa (i)	72.684

(i) Referem-se a Aplicações em CDB R\$ 1.006 (120% do CDI com vencimento em 30/10/26), e Cotas de Fundos FIDC Simpala de R\$ 56.625 (cotas sênior, remuneração de 1,3%a.m., com vencimento em 03/11/26), cotas de Fundos com Galaxy no valor de R\$ 14.691 (cotas sênior com remuneração de CDI+4,5%a.a.); e Fundos Santander R\$ 362.

7. Rendas a receber

	31/12/2025
Rendas a receber	221
Renda futura a receber	221

Refere-se a taxa de administração de cotas de grupos a serem recebidas no mês seguinte.

8. Diversos

Ativo Circulante	31/12/2025
Diversos	23.469
Adiantamento e Antecipações Salariais	105
Impostos e Contribuições a Compensar	3.203
Devedores Diversos – País (i)	4.566
Adiantamentos a Fornecedores (ii)	15.595
Ativo não circulante	31/12/2025
Diversos	131
Depósitos Judiciais	131

(i) Devedores diversos – País: é constituído (a) por valores a receber de grupos de consórcios administrados pela administradora para composição de saldo quando do encerramento do grupo e da liquidação das obrigações destes no valor de R\$ 855; (b) cartões de crédito a receber R\$ 145; (c) valores a recuperar junto a Prefeitura de Porto Alegre de R\$ 3.566.

(ii) Adiantamentos a Fornecedores: É constituído por valores de adiantamentos aos representantes das operações de consórcios.

9. Outros Valores e Bens

Ativo Circulante	31/12/2025
Despesas Antecipadas	24.068
Comissões Diferidas	21.308
Despesa Incentivos Diferidas	2.738
Seguros a apropriar	22
Ativo não circulante	31/12/2025
Despesas Antecipadas	118.267
Comissões Diferidas	104.769
Despesa Incentivos Diferidas	13.460
Seguros a apropriar	38

Diferimentos de comissões e Incentivos pela negociação de contratos são considerados como custo incremental. Com o advento da Resolução BCB nº 120/21, o Banco Central do Brasil adotou a prática do CPC 47 para as administradoras de consórcio, fazendo com que as comissões deixassem de ser reconhecidas integralmente no início do contrato e fossem apropriadas conforme a vida útil dele.

10. Diversas

Passivo Circulante	31/12/2025
Diversas	166.037
Provisões para pagamentos a efetuar	834
Credores Diversos - País (i)	165.196
Obrigações p/Recursos de Consorciados-Grupos Encerrados	7
Passivo não circulante	31/12/2025
Diversas	252
Provisão para Contingências Trabalhistas	104
Provisão para Contingências Cíveis	148

- (i) Credores diversos – País: Representa em sua materialidade valores de cessão de taxa de administração de cotas com a Simpala S.A. Crédito, Financiamento e Investimento.

11. Fiscais e previdenciárias

A rubrica de Fiscais e Previdenciárias se refere a constituição de impostos e contribuições a recolher, incidentes sobre a operação da Instituição.

Passivo Circulante	31/12/2025
Fiscais e Previdenciárias	1.703
Contribuições Previdenciárias	249
Impostos e Contribuições Federais	1.330
Impostos Municipais	124
Passivo não circulante	31/12/2025
Fiscais e Previdenciárias	51.949
Contribuições Previdenciárias	5.982
Impostos e Contribuições Federais	32.907
Impostos Municipais	13.060

12. Imobilizado

	Instalações, Móveis e Equipamentos	Sistema de Processamentos de dados	Total
% Anual de Depreciação	10%	20%	
Custo de Aquisição	745	810	1.555
Depreciação	(299)	(396)	(695)
Saldo Líquido em 31/12/2024	446	414	860
Adições	441	526	967
Baixas	(6)	(5)	(11)
Depreciações	(80)	(172)	(252)
Saldo Líquido em 31/12/2025	801	763	1.564
Custo de Aquisição	1.181	1.332	2.513
Depreciação	(380)	(569)	(949)
Total	801	763	1.564

13. Transações com partes relacionadas

- Investimentos em coligadas e controladas**

A Sociedade não possui investimentos em coligadas e controladas.

- Transações com partes relacionadas**

As transações e saldos com partes relacionadas, realizadas no contexto das atividades operacionais da administradora, inerentes à transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas são representadas por valores a receber, benfeitorias em imóveis de terceiros, despesas por amortização, receitas e despesas por sublocação com aluguéis de imóveis.

Os saldos com as partes relacionadas se restringem a pagamentos efetuados a empresa controladora, são representadas por valores a receber de benfeitorias em imóveis de terceiros.

Simpala Lançadora e Administradora de Consórcios Ltda.

Notas Explicativas da Administração as Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos entre partes relacionadas das contas patrimoniais e das contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025
Ativo	71.085
Circulante	14.461
Títulos e Valores Mobiliários	1.006
Devedores diversos – país (a)	13.455
Não Circulante	56.624
Títulos e Valores Mobiliários	56.624
Passivo	205.705
Circulante	205.705
Credores Diversos – Cessão Taxa Administração	205.705
Contas de Resultados	(14.338)
Receitas com Títulos e Valores Mobiliários	5.733
Despesas com deságio na cessão de direitos creditórios	(20.071)

As operações são conduzidas em condições de mercado, observando prazos, taxas de juros e demais condições compatíveis aquelas praticadas com terceiros.

a) Devedores Diversos – País – No encerramento do exercício findo em 31/12/2025, era o saldo de adiantamentos a Simprom Serviços Financeiros Ltda.

Remuneração da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 1.806 mil. A Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

14. Contingências ativas e passivas

A administradora é parte em processos judiciais em razão do curso normal de suas operações e acompanha o desenvolvimento de todos os processos, constituindo provisão para perda eventual nos casos em que seus assessores legais avaliam com prognóstico de perda provável.

Para a data-base de 31 de dezembro de 2025, há situações que necessitam de divulgação em notas explicativas, conforme disposto nas práticas contábeis adotadas no Brasil, avaliadas com prognósticos de perda provável e possível, a saber:

Probabilidade	Tratamento disposto na resolução	R\$ MIL
Provável	Constituída provisão no balanço – processos trabalhistas e cíveis	252
Possível	Somente para divulgação – processos trabalhistas e cíveis	4.308
Total		4.560

15. Empréstimos no país

Estão demonstrados pelos valores originais, incluindo, quando aplicável, correção, variação e juros. Os detalhes identificativos deles discriminam-se como segue:

Passivo Circulante	31/12/2025
Empréstimo no País	13.361
Capital de Giro	13.361
Passivo não circulante	31/12/2025
Empréstimo no País	7.983
Capital de Giro	7.983

Os Empréstimos no País apresentam taxas pós-fixadas com atualização do CDI com intervalo adicional de juros entre 0,5% e 1% ao mês. , com vencimentos entre 25/05/2026 até 31/07/2030.

16. Capital social/patrimônio líquido

Pertencente inteiramente a quotistas domiciliados no país está composto de 52.640.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, totalmente integralizadas.

Em 24 de abril de 2025, conforme ata de reunião dos sócios, foi aprovado o aumento de capital através do ingresso da nova sócia quotista Simpala S/A – Crédito, Financiamento e Investimento mediante emissão de 50.000.000 (cinquenta milhões) de quotas no valor nominal de R\$1,00, cada uma delas.

17. Distribuição de lucros

De acordo com o deliberado em reunião dos sócios-quotistas, foram distribuídos lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme determinado nas atas de reuniões de sócios de 21 de maio de 2024 e 26 de Março de 2025, no montante de R\$ 5.170 mil.

18. Receita da prestação de serviços

a) Receita da prestação de serviços

	2º Sem. de 2025	Exercício 2025
Receita de Prestação de Serviços	33.793	74.068
Taxa de Administração (*)	33.619	69.528
Rendas Diversas	10	124
Repasse Multa/Juros	164	-
Outras	-	337
		4.079

A taxa de administração é cobrada dos consorciados para administração dos grupos de consórcios

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi reconhecido receitas referentes a cessão de Taxa de Administração sem coobrigação.

19. Despesas de Pessoal

	2º Sem. de 2025	Exercício 2025
Despesas de Pessoal	(7.050)	(14.959)
Proventos	(3.850)	(8.376)
Encargos	(1.097)	(2.390)
Provisões	(675)	(1.436)
Outras Despesas de Pessoal	(1.428)	(2.757)

20. Outras despesas administrativas

	2º Sem. de 2025	Exercício 2025
Outras Despesas Administrativas	(14.554)	(28.771)
Despesas de Promoções e Rel. Públicas	(5.566)	(13.296)
Despesas de Serviços de Terceiros	(2.709)	(4.868)
Despesas de Processamento de Dados	(1.721)	(3.523)
Despesas de Servs.do Sist. Financeiro	(2.063)	(2.678)
Despesas de Aluguéis	(459)	(785)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(221)	(384)
Depreciações	(154)	(261)
Despesas de Seguros	(182)	(232)
Despesas de Comunicações	(115)	(140)
Outras	(1.364)	(2.604)

21. Despesas Tributárias

	2º Sem. de 2025	Exercício 2025
Despesas Tributárias	(3.922)	(8.523)
ISSQN	(831)	(944)
PIS	(532)	(1.331)
COFINS	(2.559)	(6.248)

(i) Não houve apuração de provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro em função de prejuízo fiscal acumulado no exercício.

Outras Despesas Operacionais

	2º Sem.de 2025	Exercício 2025
Outras Despesas Operacionais	(16.357)	(26.211)
Deságio	(14.919)	(19.461)
Atualização de Parcelamentos	(3.067)	(6.913)
Outras Despesas/Receitas Operacionais	1.629	163

22. Contas de compensação ativas e passivas - grupos encerrados

Em janeiro de 2022 ocorreu a reclassificação contábil dos saldos das contas patrimoniais para contas de compensação obrigatórias através da Instrução Normativa BCB nº 208/2021 do Banco Central do Brasil. Cumprindo a Resolução BCB nº 156/2021, informamos a seguir, os dados sobre os recursos de grupos encerrados (Lei nº 11.795/2008) que compõem essas contas de compensação ativas e passivas, na Administradora:

	Exercício 2025
Recursos em cobrança judicial	
Ativo	
Valores Pendentes de Recebimento - Cobrança Judicial	1.446
Passivo	
Valores Pendentes de Recebimento - Controles	1.446
Recursos não procurados	
Ativo	
Valores Devidos aos Consorciados – Controles	1.883
Valores Aplicados pela Administradora	1.874
Passivo	
Valores Devidos aos Consorciados	3.757
Recursos não procurados	1.758
Recursos Recebidos	116
Bens Retomados e/ou Devolvidos	10
Valores Aplicados pela Administradora - Controles	1.873

Os valores devidos aos consorciados e aplicados financeiramente pela Administradora, estão demonstrados pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos líquidos incorridos até a data do balanço, sendo que os rendimentos auferidos dessas aplicações são incorporados por intermédio de rateio proporcional à participação de cada um.

23. Cobertura de seguros (não auditado)

A Sociedade tem por política contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, cujo contrato de seguro é efetuado em nome do grupo econômico denominado "Simpala", aplicável em conjunto com bens onde a administradora mantém sua sede.

A Sociedade realiza o gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar potenciais riscos e sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operações, sendo a cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensões semelhantes operando no setor.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Sociedade que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

24. RESPONSABILIDADE E COMPROMISSOS

O Banco Central do Brasil - Bacen, por meio das Resoluções no 4.557/17, 4.955/21 e 4.958/21 instituiu a apuração do Patrimônio de Referência (PR). Portanto a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido vigente de 8% para os ativos ponderados pelo risco (RWA).

	31/12/2025
Patrimônio de referência (PR)	58.448
Patrimônio de referência nível I	25.579
Capital principal	25.579
Patrimônio de referência nível II	31.442
Ajustes prudenciais nível I	1.427
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	818.104
Risco de crédito	599.836
Risco operacional	218.268
Índice de Basileia (i)	7,14%

Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2026, foram realizados aportes de capital de R\$9.000, R\$7.265 e R\$10.000, respectivamente, compondo o Nível I de capital. Durante o mês de março de 2026 foram emitidas Letras Financeiras de R\$10.600, o que compõe o Nível II de capital. Caso os aportes fossem considerados em dezembro de 2025, a Simpala CFI teria a basileia em 11,65%.

25. Gerenciamento de risco e capital

Estruturas de Gerenciamento de Riscos e de Gerenciamento de Capital

A Simpala Lançadora gerencia os riscos inerentes aos seus negócios com base em diretrizes e está em linha com o que determina o Bacen, através da Resolução CMN no 4.557/17. Suas políticas, procedimentos e modelos de gestão estão de acordo com a complexidade de suas operações, garantindo a conformidade e o cumprimento da legislação aplicável. O propósito do Gerenciamento de Riscos é identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de forma integrada, contribuindo de maneira efetiva na execução das atividades e respectivos controles internos.

O Gerenciamento de Capital é um processo contínuo de monitoramento, avaliação e planejamento de metas, da necessidade de capital para fazer face aos riscos, sempre considerando os objetivos da instituição.

Gerenciamento de Capital

O Gerenciamento de Risco de Capital é consoante com as melhores práticas de governança. A Simpala Lançadora visa reconhecer a realidade do mercado em um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnósticos, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e independência dos processos.

26. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes relevantes para divulgação no exercício findo em 31/12/2025, desde a base até a data de aprovação das demonstrações financeiras.

27. Dos grupos de consórcios

a) Aplicação Financeira

	Exercício 2025
Aplicações Financeiras	53.418
Disponibilidades dos Grupos	9.006
Vinc. A Contemplações – Demais Aplicações	44.412

São representados por aplicações em Fundo de Investimento DI não exclusivo, sendo atualizadas diariamente com base na divulgação pelo administrador do fundo, onde os recursos são aplicados.

b) Outros créditos

No ativo circulante, direitos junto a consorciados contemplados referem-se às parcelas vincendas a título de fundo comum e fundo de reserva, calculados com base no valor do bem vigente no mês e aplicáveis aos consorciados contemplados Normais, Em Atraso e Em Cobrança Judicial, como segue:

	Exercício 2025
Direitos Junto a Consorciados Contemplados	96.561
Normais	90.149
Em Atraso	3.678
Cobrança Judicial	2.734

* * *